COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º: /2017.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI N.º 41/2017.

OBJETO: Altera, acrescenta, modifica e suprime dispositivos da Lei n.º 3.074, de 23 de março de 2017 – Reorganiza e reestrutura a estrutura administrativa, organizacional e institucional da Prefeitura de Unai e dá outras providências.

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO.

RELATORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO.

1.Relatório:

Trata-se do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 41, de 2017, de autoria do Senhor Prefeito Municipal José Gomes Branquinho, que altera, acrescenta, modifica e suprime dispositivos da Lei n.º 3.074, de 23 de março de 2017 – Reorganiza e reestrutura a estrutura administrativa, organizacional e institucional da Prefeitura de Unai e dá outras providências.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereadora Andrea Machado, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

Coube renumerar o artigo 10-A para 11-A incluído pelo artigo 3º deste projeto de lei, uma vez que a Seção I-A do Capítulo I do Título IV da Lei n.º 3.074, de 2017, é formado pelo artigo 10 e 11. Diante disso, a inserção da nova Seção I-A se dá logo após o artigo 11 citado, não sendo possível a inserção de artigo 10-A.

De acordo com o disposto no artigo 195 do Regimento Interno, após a conclusão da proposição em segundo turno, o projeto e emendas aprovados serão remetidos à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para receber parecer de redação final.

Diante disso, dá a presente análise:

3. Conclusão

Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Substitutivo n.º 1, devidamente emendado, ao Projeto de Lei n.º 41, de 2017, a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 147 do Regimento Interno, passa a integrar o presente parecer.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 29 de junho de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora Designada

REDAÇÃO FINAL AO SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 41/2017.

Altera dispositivos das Leis n.ºs 3.074, de 23 de março de 2017, que “reorganiza e reestrutura a estrutura administrativa, organizacional e institucional da Prefeitura de Unaí e dá outras providências” e 1.852, de 15 de setembro de 2000, que “organiza e disciplina os sistemas de controle interno e de planejamento e de orçamento do Poder Executivo e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Unaí, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea “d” do inciso I do artigo 8º da Lei nº 3.074 de 23 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

I –

d) Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.” (NR)

Art. 2º Fica acrescentada ao inciso V do artigo 8º da Lei nº 3.074 de 2017, a seguinte alínea “a-f”:

“Art. 8º

.....

V –

.....

a-f) Controle Interno.” (NR)

Art. 3º Fica acrescentada ao Capítulo I do Título IV da Lei n.º 3.074, de 2017, a seguinte Seção I-A :

“Seção I – A

Da Controladoria Interna e de Transparência Pública

Art. 11-A Controladoria Interna e de Transparência Pública é a responsável pelo serviço de controle interno organizado e disciplinado pela Lei n.º 1.852, de 15 de setembro de 2000, competindo-lhe, basicamente, superintender, organizar e supervisionar os serviços de controladoria geral e auditoria interna, buscando dar à governança e ao serviço público, como um todo, a maior transparência e lisura possível no trato com a coisa pública.” (NR)

Art. 4º O artigo 27 da Lei nº 3.074, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. Compete, basicamente, à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento:

I – superintender, coordenar e executar as atividades referentes à arrecadação das receitas tributárias do Município;

II – proceder ao lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos e de registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial;

III – proceder à execução orçamentária, o cadastro técnico imobiliário, planejar, coordenar e executar as atividades referentes ao planejamento urbanístico;

IV – proceder à programação e planejamento orçamentário em geral;

IV – proceder ao acompanhamento e supervisão da execução orçamentária;

V – proceder ao controle do ordenamento territorial urbano e ao controle, auditoria interna e transparência da gestão pública e responsabilidade fiscal, no âmbito da Prefeitura de Unai; e

VI – atividades correlatas.” (NR)

Art. 5º O *caput* do artigo 28 da Lei n.º 3.074, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 A Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento tem a seguinte estrutura básica interna:” (NR)

Art. 6º A alínea “a” do artigo 29 da Lei nº 3.074, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29

a) *pelas atividades da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, auxiliar direta e imediatamente o respectivo Secretário Municipal no exercício de suas atribuições, além de exercer outras incumbências correlatas, inclusive aquelas específicas cometidas pelo respectivo titular da pasta.*” (NR)

Art. 7º Fica acrescentada ao inciso V do artigo 33 da Lei 3.074, de 2017, a seguinte alínea “c”:

“Art. 33.....

V –

c) *Assistência ao Transporte Escolar.*” (NR)

VIII: Art. 8º Fica acrescentado ao artigo 45 da Lei nº 3.074 de 2017, o seguinte inciso

“Art. 45.....

VIII – *Coordenação Especial de Gestão de Benefícios Sociais;*” (NR)

Art. 9º Fica acrescentada à Seção III do Capítulo II do Título IV da Lei n.º 3.074, de 2017, a seguinte Subseção II-A :

“Subseção II- A

Da Coordenadoria Especial de Gestão de Benefícios Sociais

Art. 46. *Compete, basicamente, à Coordenadoria Especial de Gestão de Benefícios Sociais supervisionar, coordenar e acompanhar os benefícios sociais inerentes ao Cadastro Único do Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal.*” (NR)

Art. 10. Os incisos I, VIII e IX do artigo 79 da Lei nº 3.074 de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79.....

I – a Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Controle Interno em Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, assim como o cargo de Secretário Municipal da Fazenda em Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento”;

.....
VIII – o Departamento de Finanças em Departamento Financeiro, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento; e

IX – a Divisão de Execução Orçamentária em Divisão de Procedimentos Contábeis e Execução Orçamentária, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.” (NR)

Art. 11. Os incisos I e VII do artigo 80 da Lei nº 3.074, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80

I – no Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado:

a) o cargo de Diretor Técnico; e

b) o cargo de Diretor Administrativo.

.....
VII – das coordenações:

a) o cargo de Coordenador de Casas Lares, vinculada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania; e

b) o cargo de Coordenador Geral de Regulação, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 12. Os incisos I e II do artigo 81 da Lei nº 3.074, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81

I – a Coordenadoria de Projetos e Convênios da Secretaria Municipal do Planejamento e Orçamento para a Secretaria Municipal de Governo assim como o cargo de Coordenador de Projetos e Convênios; e”

II – a Secretaria Adjunta da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Controle Interno para a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento”. (NR)

Art. 13. Os incisos I, II, III e IV do artigo 82 da Lei nº 3.074, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82

I – da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Controle Interno para a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;

II – do Departamento de Planejamento para a Secretaria Adjunta da Fazenda e Planejamento;

III – da Divisão de Planejamento Estratégico da Cidade, Urbanismo e Controle do Ordenamento Territorial, para a Secretaria Adjunta da Fazenda e Planejamento;

IV – da Divisão de Planejamento Orçamentário e Responsabilidade Fiscal para a Secretaria Adjunta da Fazenda e Planejamento; e

V –”(NR)

Art. 14. Fica criada 1 (uma) Função Gratificada de Corregedor – FG –, de recrutamento restrito, com vencimento de R\$ 1.428,15 (um mil quatrocentos e vinte e oito reais e quinze centavos) que passa a constar no Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, na forma do item 50, acrescentado ao Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 15. Fica criado 1 (um) cargo de Coordenador Geral de Regulação, de recrutamento amplo, com vencimento de R\$ 2.857,32 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos), que passa a constar no Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, na forma do item 51, acrescentado ao Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 16 Fica reduzido o vencimento do cargo de Procurador Geral do Município de R\$ 9.279,83 (nove mil duzentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos) para R\$ 8.730,67 (oito mil setecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos), e valor do vencimento do item 2 do Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, passa a vigorar com redação dada na forma do Anexo Único desta Emenda.

Art. 17 Fica reduzido o vencimento do cargo de Assessor Municipal de R\$ 9.279,83 (nove mil duzentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos) para R\$ 8.730,67 (oito mil setecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos), e valor do vencimento do item 3 do Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, passa a vigorar com redação dada na forma do Anexo Único desta Emenda.

Art.18. O *caput* do artigo 3º da Lei n.º 1.852, de 15 de setembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O sistema de controle interno do Poder Executivo compreende as atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, sob a orientação técnica e normativa da Controladoria Interna e de Transparência Pública, criada como unidade da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e pelas atividades de administração financeira e contabilidade, sob a orientação técnica e normativa da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento” (NR)

Art. 19. O *caput* do artigo 4º da Lei n.º 1.852, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O sistema de controle interno do Poder Executivo está vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito e:” (NR)

Art. 20. O *caput* do artigo 7º da Lei n.º 1.852, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As atividades de planejamento e de orçamento do governo municipal, organizadas de forma sistêmica, têm como órgão central a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei n.º 3.074, de 23 de março de 2017:

I – o artigo 19;

II – o inciso II do artigo 28;

III – o artigo 30;

IV – o inciso IV do artigo 60; e

V – o inciso VI do artigo 79.

Unai, 29 de junho de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES
Relator

ANEXO I DA LEI N.º....DE....DE....DE 2017.

“ANEXO I DA LEI N.º 3.074, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO/FUNÇÕES DE CONFIANÇA

“

LINHA	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QTDE	FORMA DE RECRUTAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
.....					
2	<i>PGM-AP-01</i>	<i>Procurador Geral do Município</i>	1	<i>Ampla/Limitada</i>	8.730,67
3	<i>PM-DAS-01</i>	<i>Assessor Municipal</i>	3	<i>Ampla</i>	8.730,67
.....					
50	<i>FG – Função de Corregedor</i>	<i>Função Gratificada de Corregedor</i>	1	<i>Restrito</i>	R\$ 1.428,15
51	<i>PM-DAS-10</i>	<i>Coordenador Geral de Regulação</i>	1	<i>Ampla</i>	R\$ 2.857,32

” (NR)

ANEXO II DA LEI N.º....DE....DE....DE 2017.

“ANEXO III DA LEI N.º 3.074, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES
GRATIFICADAS/CONFIANÇA**

“.....

149. Coordenador Geral de Regulação:

I – dirigir e controlar os leitos disponíveis e as agendas de consultas e procedimentos eletivos dos estabelecimentos, sob sua gestão e sob aqueles considerados prioritários pela complexidade, disponibilização e abrangência pactuados em CIB;

II – dirigir e coordenar a equipe integrante do setor;

III – chefiar os serviços de padronização das solicitações de procedimentos por meio de protocolos assistenciais;

IV – controlar os encaminhamentos dos procedimentos de alta e média complexidade estabelecidos pela Pactuação Pactuada Integrada – PPI ;

V – coordenar a elaboração e incorporação de protocolos de ordenamento dos fluxos assistenciais;

VII – avaliar e monitorar, mensalmente, os indicadores de gestão e informar ao gestor;

VIII – garantir o acesso à atenção secundária e terciária;

IX – coordenar os serviços de TFD e promover encaminhamentos para consultas e exames especializados; e

X – coordenar os serviços oferecidos pelos consórcios de saúde que o Município integrar.” (NR)